

Educação e Defesa Nacional: Inovação, Integração e Parcerias para Enfrentamento das Descontinuidades e Assimetrias Hodiernas.

Afonso Farias de Sousa Júnior
Universidade da Força Aérea
afonsofariasjunior@gmail.com

RESUMO

Este ensaio, fruto, inicialmente, de pesquisa bibliográfica e documental, assim como de pesquisa exploratória, visou a aprofundar estudos sobre a necessidade de transferência da Escola Superior de Guerra (ESG), do Rio de Janeiro para Brasília. Ele está dividido em seis partes: a) instituições sociais: crises e transformação; b) Escola Superior de Guerra: surgimento e evolução; c) localização, atuação e necessidades institucionais; d) Instituto Nacional de Defesa: missão, estrutura e conteúdo; e) ESG: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) e Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMCO), uma nova abordagem acadêmica; e f) comentários finais. Em primeiro plano, o estudo mostra o surgimento, a atuação e o atual direcionamento da ESG, assim como discorre sobre os contrapontos da mudança de sede. Em um segundo momento, endereça-se para a criação do Instituto Nacional de Defesa (INAD), com sede em Brasília e reafirma a existência da ESG, no Rio de Janeiro, mas com uma nova abordagem – voltada para a interoperabilidade, estado-maior conjunto, integração interinstitucional e de caráter obrigatório (Marinha, Exército e Aeronáutica realizam o curso juntos) para os oficiais superiores das Forças Armadas nacionais. Por fim, nos comentários finais, evidencia que se deve abandonar a sensação e caminhar para a ação, atribuindo ao INAD o novo palco de transformação em educação de Defesa Nacional e endereçando a ESG para a interoperabilidade interforças, onde a finalidade maior residirá em unir e integrar as Forças Armadas nacionais. Novos tempos, novas demandas.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO, DEFESA, INTEGRAÇÃO.

ABSTRACT

This essay, which initially a result of bibliographical readings and research of documentation, as well as exploratory research, aimed at furthering studies on whether the transfer of the Escola Superior de Guerra (ESG) from Rio de Janeiro to Brasilia was necessary or not. It is divided into five parts: a) Escola Superior de Guerra: origin and evolution, b) location, activity and institutional needs, c) the National Defense Institute: mission, structure and content, d) ESG: Advanced Policy and Strategy Studies Course (CAEPE) and Joint Forces Staff Course (CEMCO), a new academic approach, and e) final comments. First, the study shows the appearance, performance and the current direction of the ESG, as well as discussing the counterpoints of the change of location. In a second part, it addresses the creation of the National Defense Institute (Inad), based in Brasília, reaffirms the need of the Escola Superior de Guerra, but with a new approach - focused on interoperability, joint staff forces, integration, and of a mandatory nature (Navy, Army and Air Force would hold the course together) for the senior officers of the national armed forces. Lastly, in closing remarks, shows that the feeling should leave and move to action, giving the Inad the new stage of transformation in Defense Education and addressing the ESG to Inteforces' Interoperability. These times demand new thinking and acting from a post-modern mind set.

Keywords: EDUCATION, DEFENSE, INTEGRATION.

Educação e Defesa Nacional: Inovação, Integração e Parcerias para Enfrentamento das Descontinuidades e Assimetrias Hodiernas.

A paz não é a ausência da guerra, ela é uma virtude; um estado mental; uma disposição para a benevolência; confiança e justiça. Spinoza

INTRODUÇÃO

Este ensaio objetivou verificar a necessidade de transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro para Brasília (DF), conforme determina a Estratégia Nacional de Defesa, expedida em 2008. Nesta introdução e no desenvolvimento do artigo serão abordados assuntos relativos à Defesa, à Educação e aos aspectos estratégicos relacionados à integração acadêmica das Forças Armadas, assim como à formação dos Analistas de Defesa (civis) e a necessidade de criação e/ou ampliação de parcerias com as universidades nacionais e internacionais.

Há tempos, escuta-se sobre a transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) para Brasília. A discussão é apaixonante, polêmica e de conclusão imprecisa. Onde reside o problema? Muitos pensam que a citada escola esqueceu de observar a modernidade, prendeu-se às finalidades próprias, isto é, a ESG pela ESG. Voltou-se para seu interior e ditou, estancadamente, premissas, dogmas e doutrina. Ela, seu conteúdo e sua estrutura atenderiam às demandas nacionais de Defesa?

Sabe-se que a verdade é construída de diversos prismas. Muitos, ao lerem a sentença anterior, duvidaram da afirmação. Mas a realidade fática impõe-se e é por isso que surge a polêmica, fruto da percepção e não-percepção do problema.

Estado, governo e sociedade compõem uma tríade teoricamente indissociável, mas abstratos e quase sempre separados perante o observar dos fatos apresentados no cotidiano das ações individuais de cada elemento constituinte.

As sensações de segurança e as ações de defesa são partes de uma unidade responsável por gerar harmonia, paz social e propiciar o atingimento do bem-comum. Espectros da política, da cultura, da economia, do socioambiental e das questões institucionais influenciam e são influenciados pelo desenrolar da ação específica de cada fator citado. É clara a necessidade da provisão de defesa para a geração de dissuasão, assim como é cristalina a demanda de ordem interna para a intensificação da coercibilidade/coação, no intuito de desestimular conflitos e ações infracionais no tecido social.

Dessa forma, o Estado pode atuar de várias maneiras para conseguir o ótimo em termos de gestão pública, mas não pode prescindir das discussões e ações sobre a sua política de segurança nacional (por que os receios sobre este termo?). É como afirma Pieranti, Cardoso e Silva (2007):

É possível, portanto, que o Estado privatize suas empresas e afaste-se do planejamento em diversas áreas, entregando-o à iniciativa privada. É possível que o Estado conte com o apoio privado para desenvolver e manter mecanismos ligados à infra-estrutura e à logística. É até possível que o Estado aposte nessa parceria como uma forma salutar de redução de custos, sem prejuízo da eficiência. É possível, ainda, que o Estado opte por diminuir o orçamento de diversos setores. É possível, enfim, que o Estado se aproxime do conceito de Estado mínimo abordado anteriormente.

Essas possibilidades são, entretanto, limitadas. Como a defesa da nação não é atividade econômica que possa ser explorada pela iniciativa privada, cabe ao Poder Executivo garanti-la e ao Poder Legislativo discuti-la e, depois, apoiá-la, o que significa a necessidade de investimentos constantes em recursos humanos, estudos e renovação de aparato militar. A capacidade de adaptação das Forças Armadas ao corte desses elementos é limitada, como também é limitada a possibilidade de redução dos compromissos do Estado em determinados setores. Assim, por mais que o Estado se distancie do planejamento e do investimento em diversas áreas e mesmo que estabeleça uma política de cortes, não deve — e não pode — desligar-se de questões ligadas à segurança nacional.

Assim, criar um ambiente propício para a discussão sobre segurança e defesa é salutar. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem e podem motivar seminários, cursos, discussões para internalizar os conceitos inerentes a cada elemento no seio da sociedade, pois segurança e defesa é para todos.

Quanto mais fragilizada é uma nação em termos de zelar por sua segurança e defesa, mais fácil pode tornar-se alvo de interesses e da cobiça sub-reptícia (ou ostensiva) de outros países pobres de biodiversidade e/ou de recursos naturais, mas ricos em ganâncias e estratégias espúrias. Soberania e território são mantidos pela consistente organização socioeconômica e pelo desenvolvimento integrado de ações de defesa, o qual deve permear todas as expressões ministeriais que compõe a administração direta e indireta.

A escola que criou uma doutrina, um método e divulgou parâmetros ideológicos (sim, isso mesmo – ideológicos) desde o início da década de 50 do século XX, assim como tratou de segurança e defesa, foi a ESG. Ela deve ser a única a professar esse tipo de ensino? É da sua plena competência ainda continuar com um curso de Altos Estudos de Política e Estratégia? Onde se encontra a interoperabilidade nessa discussão? Como formar os analistas de defesa? Como promover o entendimento sobre um pensamento convergente (estratégico e logístico) sobre SEGURANÇA e DEFESA nas FFAA?

Essas questões serão discutidas nos tópicos seguintes. Primeiro, serão exploradas as questões sobre as crises nas instituições sociais e instituições de ensino superior. Depois, abordar-se-ão as questões históricas do surgimento da ESG e apontar-se-ão as controvérsias sobre a localização e transferência da ESG para outra localidade. Em seguida, serão relatadas as argumentações sobre a criação do Instituto Nacional de Defesa (INAD). Quase no final, será evidenciada a nova Missão da ESG. Por fim, na última seção, serão expostos os comentários finais sobre o assunto.

1. INSTITUIÇÕES SOCIAIS: CRISES E TRANSFORMAÇÃO.

O importante da educação é o conhecimento, não dos fatos, mas dos valores. Dean William R. Inge.

As idéias centrais deste tópico, basicamente, fundamentam-se no construto intelectual de Colossi e Bernardes (2008), quando abordam a crise nas Universidades. Eles alegam que as universidades são instituições sociais que orientam, conduzem e transformam o relacionamento dos grupos organizados.

As mudanças são características inequívocas do nosso tempo. Drucker (1999), tempos atrás, mencionou que vivemos numa *era de descontinuidade*. Galbraith (1986) se referiu a *era de incertezas e Lindo (2000) descreveu nosso tempo como a era das mutações*, evidenciando os contextos filosóficos hodiernos das mudanças. São essas descontinuidades, incertezas e

mutações globais que geram impactos e demandam transformações na sociedade, nas organizações/instituições, nos Estados e no mercado.

As Instituições Sociais, por definição, são entidades sócio-culturais, emanadas de ideais, crenças e valores da sociedade e, por esta razão, são organismos que tendem a ser estáveis e contribuir para a realização dos desejos e expectativas da sociedade em que se inserem. Assim, como afirma Colossi (1998), a Universidade, como instituição social, representa um ideal substantivo da vida humana individual e associada.

A universidade, conceptualmente, é uma instituição social, ou seja, uma estrutura emanada e organizada para responder às necessidades e aos ideais sociais. Uma instituição social emana do contexto societário onde se insere e reflete hábitos, costumes, crenças, valores, normas e padrões de comportamento, que orientam o relacionamento de pessoas e grupos socialmente organizados.

O fenômeno *crise-mudança* faz parte da evolução das instituições, não obstante elas se empenhem em proteger seus interesses corporativos, em detrimento ao comprometimento com sua missão.

As transformações globais são percebidas como um processo sistêmico-interativo, qualquer intervenção em uma de suas dimensões pode provocar mudanças em parte ou no todo do complexo. Os negócios do mundo corporativo alteram-se pelas mudanças globais existentes, daí exigir-se alta capacidade de adaptação das organizações e flexibilidade. Esse tipo de comportamento organizacional endereça a empresa para mudanças na gestão e no comportamento da força de trabalho organizacional.

Na seqüência, alterado o comportamento humano, em função das concepções e percepções sobre a realidade fática imposta, infere-se que as mudanças do comportamento do homem são determinadas e determinam novos ideais, valores e conhecimentos, frutos da internalização de novos conceitos e do aprendizado sobre o resultado de suas experiências no ambiente.

Mudanças nas instituições de ensino devem considerar três dimensões, as quais refletem o contexto onde elas se inserem: macrossocietária, organizacional e mudanças de crenças e valores do homem. Essas dimensões atuam de forma interdependente e demandam: a) nova mentalidade dos dirigentes sobre a missão institucional e b) definição do novo papel da gestão do ensino no contexto das mudanças.

Essa nova postura encaminha a instituição para a *resignificação* de sua missão, caso ela queira se manter importante na sociedade. Concomitantemente, é preciso reordenar sua estrutura e expandir suas fronteiras para ingressar definitivamente nesse processo de transformações globais.

Resignificar é repensar sua tradição de *formar a elite intelectual e científica da sociedade* (COLOSSI e BERNARDES, 2008). Desenvolver acesso aos cidadãos é imperioso, pois se a unidade de ensino não conceder abertura e espaço à nova realidade do mundo contemporâneo, a tendência natural é a corrosão de seu relacionamento com a sociedade, ou seja, crises institucionais. Mais do que promover a simples categorização de um status educacional, o papel fundamental da instituição universitária é criar e transmitir a cultura e o conhecimento.

A escassez de recursos para o efetivo desenvolvimento de suas atividades, ao lado da problemática de definição de prioridades, são fatores determinantes de crises, pois a instituição é exposta às situações críticas em relação a seu financiamento, o que compromete sua autonomia e prejudica sua legitimidade junto à sociedade.

A *inércia institucional* também contribui para afastar a instituição de ensino de sua vocação original e prejudica-la no relacionamento com a sociedade, pois a morosidade em responder às necessidades de adaptação a nova ordem globalizada e em constante transformação a remete à crise.

A inércia referida resulta da confrontação entre forças antagônicas que atuam na instituição. Forças favoráveis que exigem ou promovem mudanças e aquelas outras que resistem às mudanças. Esse conflito determina a *inércia institucional*.

Unidades escola tendem a reagir às mudanças em seu entorno com lentidão, se comparada a outras instituições. Por esta razão, muitas vezes, enfrentam críticas por parte da sociedade que as acusam de apenas repassar ensinamentos (às vezes até obsoletos), e, que têm se transformado num órgão burocrático e corporativo. Essa crítica reflete sintomas de uma crise maior: *crise de objetivos institucionais*. Na tentativa de reagir, algumas apresentam-se dinâmicas e participativas, outras posicionam-se passivamente e apenas refletem internamente os problemas externos e há algumas que somente se interessam por proteger seus interesses corporativos.

Para Demo (1994), a Universidade deve ser um local legítimo e privilegiado para a produção e divulgação do conhecimento e da inovação. Ele afirma ainda que a instituição universitária enfrenta crises resultantes de seu processo histórico, por esta razão, é inevitável a adoção de novos paradigmas institucionais, fundamentando-se na premissa que considera a educação e conhecimento, no mundo moderno, como a estratégia principal para a inovação a serviço do homem e para a formação de uma cidadania construtiva e participativa.

Ele acredita que as inovações e a cidadania são pontos de partida para a transformação produtiva de uma sociedade globalizada, que geram qualidade política e humanista, assim como qualidade formal e teórica.

Para Ristoff (2004), o *imediatismo* é uma das principais causas que ainda flagelam e contaminam o sistema universitário nacional. As universidades em geral e, particularmente, nos países sul-americanos estão enfrentando três grandes crises: a primeira é a crise orçamentária-financeira (o que é alocado e o que é necessário), a segunda é a crise do elitismo (que resulta em *exclusão*) e a terceira refere-se à crise do modelo (qual?).

O processo de transformação global que caracteriza a atualidade, exige nova postura das instituições de ensino superior, uma nova forma de gestão, comprometida com o contexto macro e microambiental, organizacional e humano que a envolve. Os dirigentes precisam formular (ou aprender a formular) estratégias e metas coerentes com essa nova realidade institucional frente às mudanças que assolam o mundo globalizado.

A gestão das entidades de nível superior requer nova mentalidade, isto é, que seja dinâmica, produtiva e eficaz, voltada não só para o presente, mas para o futuro, principalmente. Necessário se faz gerenciar essas entidades com base em modelo de Gestão por Competências, que possa conduzir para o alcance da missão institucional, promovendo qualidade de vida individual, coletiva e endereçando-se ao Bem Comum.

A seguir, serão evidenciados os aspectos de surgimento e evolução da Escola Superior de Guerra.

2. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO.

Você não pode ensinar nada a um homem; você pode apenas ajudá-lo a encontrar a resposta dentro dele mesmo. Galileu Galilei.

A ESG surgiu no final da década de 1940, fruto da aproximação estadunidense provocada pelo final do segundo grande conflito bélico mundial. Naquela época havia ambiente propício para a criação e desenvolvimento de uma Unidade Escola que enaltecasse as questões do planejamento e replicasse o modo de pensar dos vencedores do embate bélico.

Em 20 de agosto de 1949, O Congresso Nacional decretou e o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, sancionou a Lei nº 785, que criou a Escola Superior de Guerra (ESG), com sede no Rio de Janeiro. Instituto de altos estudos e destinado a

desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento da segurança nacional. Acrescenta a referida lei que a ESG deveria funcionar como centro permanente de estudos e pesquisas, ministrando cursos que fossem instituídos pelo Poder Executivo.

A Escola foi idealizada, em princípio, para ministrar o "Curso de Alto Comando" apenas para militares, entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o "Curso Superior de Guerra (CSG)". O curso destinado exclusivamente para militares, "Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA)", começou a funcionar em 1954.

Nas décadas de 1950 até 1980, a ESG direcionou a formação de muitos profissionais para pensar o Brasil de forma estratégica. Ensinou um método para o planejamento governamental e fez com que seus estagiários se preocupassem com os problemas brasileiros. Eles identificaram óbices, verificaram causas, realizaram diagnósticos, estudaram a conjuntura nacional/internacional, checaram os meios disponíveis e potenciais, elaboraram objetivos, políticas e estratégias. Planos, programas, projetos e atividades e metas foram idealizados.

Ao longo do tempo, incorporou como objeto de seus estudos o Desenvolvimento Nacional, daí surgindo o binômio *Segurança-Desenvolvimento*, destinado a promover *Ordem e Progresso*. No ano em que completou 50 anos (1999), era responsável por ministrar os seguintes cursos: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE); Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAPEM); Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE); Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAPE), para estrangeiros; Curso Intensivo de Mobilização Nacional (CIMN); Curso de Atualização (CAESG), além de "Encontros com a ESG", "Ciclos de Extensão" (CEE), "Atividades de Extensão Superior".

A década de 1990 foi um momento de descontinuidade e renascimento, um caos construtivo, isto é, os fundamentos e as amarras nas quais os conceitos se conformavam foram fragilizados pelo uso consolidado da cibernética (comando, comunicação e controle), dos sistemas (abstratos e concretos), da tecnologia (bélica e para fins pacíficos) e da ênfase nas questões socioambientais e naquilo que tange ao desenvolvimento sustentável e apelo aos direitos humanos, bem como a imposição pós-moderna dos direitos difusos e coletivos.

Em 2008, a ESG ministrou os cursos abaixo descritos, os quais estão previstos para acontecer durante o exercício de 2009: CAEPE - Curso de Altos Estudos Política e Estratégia; CSIE - Curso Superior de Inteligência Estratégica; CEMC - Curso de Estado-Maior Combinado; CLMN - Curso de Logística e Mobilização Nacional; CGERD - Curso de Gestão de Recursos de Defesa; e PAM - Curso de Atualização da Mulher.

Hoje, as Forças Armadas do mundo empenham-se para realizar um trabalho mais cooperativo e voltadas a educar/treinar equipes de excelência (com eficiência, eficácia e critérios de economicidade) nos seus mais diversos ramos de atuação. O terrorismo, os embates assimétricos, os crimes transnacionais, a globalização e a dificuldade de focar o inimigo de forma precisa levaram os governos nacionais a repensarem suas defesas nacionais. Educar, treinar e agir de forma conjunta (nacional e internacionalmente) foi a saída encontrada.

A modernidade e a modernização das FFAA fizeram-se compulsória. Inicialmente, posicionarem-se com material, equipamento, sistemas e pessoal atuando integradamente e em prol do atingimento de objetivo único foi o primeiro passo para a regra da eficiência. Material, equipamento e sistemas devem ser operados pelas Forças Aérea, Terrestre e Naval com a mesma disposição e destreza – na medida do possível. As pessoas podem ser educadas, desde a formação inicial, com a perspectiva de atuação conjunta – de forma **cooperativa, integrada**

e coletiva – na dimensão intra-organizacional, assim como na dimensão interforças. Logicamente, a formação primeira terá plena ênfase naquele ser operacional que se deseja.

É com esse sentido, educar e treinar para o preparo e emprego das FFAA, que esse ensaio se concentra. Ele especificamente aborda a necessidade de transformar um modo de pensar e educar para a interoperabilidade entre as FFAA nacionais. Envolver os Comandos Militares (CMil), O Ministério da Defesa (MD) e o Poder Civil nessa empreitada é salutar.

Com mais precisão, evidencia-se a necessidade de criar o Instituto Nacional de Defesa (INAD) e deixar para a Escola Superior de Guerra (ESG), após revisão da sua missão e adoção de cursos voltados à modernidade, funcionar para atender demanda dos CMil, tanto para o efetivo militar quanto para o civil.

A seguir, serão discutidos pontos e contrapontos da Escola Superior de Guerra.

3. LOCALIZAÇÃO, ATUAÇÃO E NECESSIDADES INSTITUCIONAIS.

Os homens quando não são forçados a lutar por necessidade, lutam por ambição. Nicolau Maquiavel.

Coimbra (2008) alega que as três escolas de Estado-Maior das Forças Singulares estão no Rio de Janeiro (Escola de Guerra Naval - EGN, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica - Ecomar), juntamente com o IME (Instituto Militar de Engenharia), além da própria ESG. Evidencia ainda que o Rio continua a ser o centro cultural do país e o eixo RJ/SP/MG constitui o cerne da maior parte das expressões do Poder Nacional.

O autor supradito deixa claro que Brasília passará a ter mais um órgão governamental *aparelhado* partidariamente, a exemplo de outras instituições que passaram a funcionar de acordo com a prática *gramscista*. Inclusive, os *neoentreguistas* denunciam que a ESG é o último bastião dos nacionalistas, em termos de formação, nas Forças Armadas.

Em momento próximo ao ano 2000, foi cogitada a extinção da ESG. Porém, frente às resistências, passaram a cogitar a sua transferência para Brasília. Mister observar que se opinou por separar os militares dos civis, ficando os primeiros no Rio e os demais em Brasília. Felizmente, não lograram êxito.

Fialho (2002) evidencia que uma organização consiste num instrumento técnico para a mobilização de energias humanas, objetivando finalidade estabelecida; apresenta-se como um instrumento de trabalho racionalmente elaborado para integrar esforços e atingir propósito específico. Seu valor interna ou externamente depende de sua capacidade para atingir de forma eficaz os objetivos em vista.

Já instituição se aplica a grupos que, por meio da dinâmica do seu funcionamento, se revestem de significado especial para seus membros e para comunidade que constitui o seu ambiente. Passa a ser valorizada por ela mesma e não apenas por sua funcionalidade como instrumento para a realização de determinada tarefa.

A instituição infunde-se de valor. Ela tem história e identidade própria e distinta. Sua existência pode ser explicada ideologicamente; preenche determinadas necessidades dentro da grande comunidade que a envolve; desenvolve uma clientela própria, ganhando assim a estabilidade que advém de uma fonte de apoio seguro e de um meio fácil de comunicação. Nesse processo, se defronta com outros grupos com interesses competitivos, e, por isso, deve buscar seu espaço e auto-preservação, com base no apoio da comunidade, cujas aspirações e senso de identidade a instituição simboliza. Em síntese, a liderança institucional transcende a gerência administrativa e, por meio daquela, se protege e desenvolve mecanismos de preservação (FIALHO, 2002).

Importante frisar que aqueles que conhecem a estrutura e a dinâmica desenvolvida na Escola Superior de Guerra sabem da necessidade de mudanças, tanto nas questões de

hardware e *software* quanto de *humanware*. Repensar sua finalidade e as relações com o ambiente imediato e mediato, assim como cooperar e se integrar a outras instituições similares parece ser conveniente. Da mesma forma, endereçar-se às novas dinâmicas de ensino, doutrina e ajustar-se às novas tendências político-históricas nacionais e internacionais.

No dizer de Fialho (2002), a ESG deverá continuar funcionando como um instituto de altos estudos de política e estratégia, centrada no campo da segurança nacional, com ênfase na defesa nacional e considerando o desenvolvimento sustentável, o qual transcende o crescimento econômico e condiciona a própria segurança.

Não olvidável, lembrar que a Escola proporciona oportunidades para que inúmeros representantes da sociedade possam se expressar livremente: políticos, juristas, empresários, trabalhadores, professores de diversas correntes políticas etc. Recentemente, em 2006, João Pedro Stédile, economista, ativista social e membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), palestrou para os estagiários da ESG. Na década de 1980, o atual presidente da República (Luis Inácio Lula da Silva) participou de um painel com Roberto Campos, Sandra Cavalcanti e Mário Covas.

Ajustar é preciso. Como todas as instituições, buscar o equilíbrio no espaço e no tempo é imprescindível. Os homens representam o conteúdo cerebral-nevrálgico e operacional que conduzem os empreendimentos para o sucesso ou fracasso. Operar as modificações requeridas e ampliar a capacidade de cooperação e integração com outras instituições, acadêmicas e não-acadêmicas, é salutar. A ESG já iniciou esses procedimentos, no entanto, resistências ainda dificultam a sua transformação.

No próximo tópico, tratar-se-á da proposta deste estudo.

4. INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA: MISSÃO, ESTRUTURA E CONTEÚDO.

O futuro das organizações - e nações - dependerá cada vez mais de sua capacidade de aprender coletivamente. Peter Senge.

O Instituto Nacional de Defesa (INAD) destina-se à formação dos analistas de defesa (civis), assim como o estudo, a pesquisa e a divulgação do pensamento sobre **SEGURANÇA E DEFESA, DESENVOLVIMENTO E DIPLOMACIA**, logicamente dentro de um enfoque político-estratégico – em âmbito local, regional e global.

Este instituto atuará em cinco vertentes: a) formação dos analistas de defesa, b) estudos/pesquisa sobre as políticas de segurança e defesa nacional, regional e global, c) políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico para a defesa, d) estudos estratégicos (defesa e meio ambiente, defesa e biotecnologia, defesa e política, geopolítica etc.) e e) diplomacia e defesa (poder inteligente)¹.

A formação dos analistas de defesa ficará a cargo da Academia Nacional de Defesa. Essa Academia será a responsável pela educação inicial e continuada dos profissionais de defesa, os quais serão, inicialmente, lotados no MD e em outras áreas demandadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

¹ A secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, prometeu renovar a liderança norte-americana por meio de um "poder inteligente", misto de diplomacia e defesa. A afirmação foi feita no texto do testemunho aberto à imprensa apresentado no Comitê de Relações Exteriores do Senado. *Devemos usar o que se denominou como poder inteligente, a ampla gama de ferramentas a nossa disposição. Com um poder inteligente, a diplomacia estará na vanguarda de nossa política externa*, afirmou a secretária de Estado. Sítio <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,hillary-quer-melhorar-imagem-dos-eua-com-diplomacia-e-defesa,306525,0.htm>, acesso em jan. 2009.

A formação inicial terá duração de 11 meses. O conteúdo programático estará dividido em quatro partes: leis e normas inerentes à Defesa Nacional; estrutura e funcionamento do MD e das FFAA no Brasil; aspectos relativos à segurança e à defesa no continente sul-americano; e, por fim, segurança e defesa global. O penúltimo mês será destinado à realização de visitas nacionais e na América do Sul. O último mês será destinado à elaboração da monografia.

Referente aos estudos/pesquisa sobre segurança nacional, o INAD terá uma Divisão, subordinada ao Centro de Altos Estudos de Defesa (CAED), que se destinará à pesquisa sobre o tema Segurança e Defesa Nacional. Esse setor privilegiará os estudos voltados à segurança e defesa em seus aspectos periféricos e sinérgicos.

Relativo aos estudos/pesquisa sobre segurança global, existirá uma Divisão, subordinada ao CAED, que concentrará seus esforços em pesquisas de segurança regional&global (da população, ambiental, biológica etc.).

No que tange aos estudos estratégicos, setor específico desenvolverá pesquisa sobre o pensamento e as ações estratégicas voltadas para o Desenvolvimento e a Defesa dos países limítrofes e em outros continentes.

O INAD será ainda responsável pelo Curso de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia (CD3), realizado pelo CAED, o qual será destinado aos oficiais (no posto de coronel) já escolhidos para a promoção ao primeiro posto do generalato. Este curso poderá ser realizado pelas autoridades que exercem cargos no primeiro e segundo escalões dos governos federal e estadual, assim como para professores das Instituições de Ensino Superior. Este curso terá duração de quatro meses e será realizado nos dias úteis (segunda até sexta-feira), no período da manhã, das 08:30 às 12:30h. Às quartas-feiras, serão realizadas palestras fora de suas dependências e, nesses dias, o expediente acadêmico iniciará às 08:30h e findará às 17:00h.

É de bom alvitre que o Instituto Nacional de Defesa localize-se em Brasília/DF e tenha em seus quadros profissionais (mestres e doutores) das três FFAA e civis especializados (mestres e doutores) nas áreas de seus segmentos de ensino e pesquisa. A definição espacial no DF prende-se ao fato de que o centro de decisões do Brasil está localizado em Brasília, mais ainda, na cidade estão os decisores e dirigentes do mais alto nível do Governo Federal. Brasília, hoje, é o centro do Poder Nacional e fica fácil montar um corpo docente de alto nível, assim como palestrantes atualizados e detentores do estado da arte em vários ramos do conhecimento.

É aconselhável ainda que o INAD integre-se à comunidade acadêmica local, assim como aos nichos de excelência acadêmica existentes no País e fora dele. **Importante frisar que este Instituto poderá atuar como um dos elos de formação para a educação integrada de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia na América Latina.**

Finalizando este tópico, o Instituto montará uma biblioteca direcionada ao atendimento das demandas acadêmicas de seus diversos segmentos de estudo e pesquisa. É sabido que Brasília tem diversas bibliotecas, mas nenhuma especializada em assuntos de Segurança e Defesa. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), após iniciar seus trabalhos, observou (e foi demandada pela clientela) a necessidade de criar a sua própria biblioteca – enxuta, mas extremamente especializada.

A seguir, serão abordados os cursos que serão ministrados pela ESG.

5. ESG: CAEPE E CEMCO, UMA NOVA ABORDAGEM ACADÊMICA.

A educação é ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade sobre ele. Hanna Arent.

Urge promover a transformação cultural por meio de ações estratégicas educacionais e de gestão – fazer nascer uma cultura de integração interforças. Uma boa medida reside em estabelecer um Programa de Educação em Defesa, direcionado à aplicação integrada e conjunta do Poder Militar. Não menos essencial, faz-se mister desenvolver uma concepção sistêmica que permita aos militares funcionar com estrutura conjunta. Para tanto e concomitantemente, planejar, aprovar e fazer funcionar cursos que promovam a interoperabilidade e a gestão sinérgica e integrada no âmbito das FFAA.

A Escola Superior de Guerra poderá ser um desses lócus e, pelo *background* e capacidade de inovação, poderá transformar a sua cultura acadêmica para atingir os objetivos pretendidos.

A ESG poderá manter todos os seus cursos atuais, exceto o CAEPE, o qual será substituído pelo Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMCO). Este curso será oferecido para os militares das três FFAA nacionais e será pré-requisito para ascensão ao generalato. Somente será realizado na ESG. A partir daí, todos os oficiais superiores serão direcionados a compreender a dimensão integrada e de gestão compartilhada, conforme os novos padrões sistêmicos e de demandas de eficiência, eficácia e efetividade. Civis do primeiro e segundo escalões dos governos federal e estadual, assim como professores das Instituições de Ensino Superior poderão realizar o CEMCO.

Sim, a ESG continuará a existir, mas seu foco será absorver e gerar conhecimentos direcionados à interoperabilidade, à cooperação e à padronização de itens/equipamentos utilizados nas FFAA nacionais, **bem como tratar dos assuntos endereçados à integração sul-americana, no que tange aos aspectos de Defesa Integrada (planejamento e gestão compartilhada de eventos – simulações e atividades reais), desenvolvimento industrial pertinente e políticas e estratégias integradoras.**

Transformando-se, a ESG poderá atuar como uma das escolas para a formação e divulgação do pensamento integrador na educação continuada dos profissionais de Defesa da América Latina.

Não se fecha uma escola, pois com ela se vão conhecimentos e cultura acadêmica construídos ao longo dos anos de existência. Essas ações apagam a história e eliminam o futuro em desenvolvimento, isto é, promovido por ações estruturadas. O conhecimento também privilegia eventos passados. Entender a história é apazível e, muitas vezes, um caminho para diversas soluções. Manter uma escola não poderia ser objeto de discussão. No meio científico e/ou acadêmico essa controvérsia inexistente. Construam-se mais escolas. Ampliem a formação, mas primem pela qualidade e efetividade do produto e dos resultados,

Se os tempos mudaram, se a conjuntura demanda novos conhecimentos ou se é necessária uma maior aproximação do poder central, conceba-se uma nova escola. Essa nova unidade de ensino poderá ser moldada para atender direta e rapidamente os novos parâmetros da realidade nacional e internacional. Agora, tão importante quanto construir uma nova escola é saber prever e prover a estrutura requerida para transformar modelos obsoletos ou inadequados em novos padrões escolares de transmissão de conhecimento. Atente-se, sempre, para o fato da percepção das oportunidades do espaço/tempo em que se apresentam a conjuntura nacional/internacional, a estrutura do Estado, o funcionamento do governo e a gestão pública e privada, assim como as variações e externalidades do mercado.

Corroborando com alguns aspectos supraditos, Macgregor (2002), quando aborda *Transforming Jointly*, afirma que:

Uma visão estratégica unificadora para a transformação envolve, em primeiro lugar, reconhecer que a estratégia baseada em ameaças conhecidas, doutrinas, ordens de batalha não se aplica mais. O segundo passo requer desenvolver uma nova fórmula estratégica para a utilização do poder militar americano que não é nem cenário-dependente, nem

*conceitos centrais de serviço e estruturas concebidos para implantar tropas e material. Em vez disso, o foco deve ser crítico sobre as capacidades de combate na guerra. Isto tem sido descrito como uma mudança de foco centrada nas ameaças **para uma mudança fundamentada nas capacidades de planeamento.** (grifo nosso)*

Ainda no sentido de aproveitar as oportunidades e adequar-se ao contexto internacional, é conveniente perceber como a Europa se organiza para o enfrentamento dos novos cenários. Amado (apud VICENTE, 2007) salienta que a globalização das ameaças e dos riscos faz com que nenhum Estado, independentemente das suas capacidades militares, esteja hoje em condições de garantir a sua própria segurança. Alega ainda que a Aliança Atlântica procura se adaptar às novas condicionantes geoestratégicas, no quadro de um exigente e complexo processo de transformação.

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal ², no âmbito das comemorações dos 60 Anos da NATO, declarou sua percepção sobre o processo decisório internacional, atores, ameaças e sistema internacional na atualidade:

O processo de decisão no sistema internacional tornou-se mais complexo, pela natureza diversa de actores - estatais, não estatais, regionais e supranacionais –, pela dinâmica de relação de forças estabelecida, por um perfil de ameaças completamente diferentes daquelas que existiam e por uma dinâmica perigosa no domínio da contenção e da proliferação nuclear. Um sistema complexo de gestão política que, seguramente, suscita a todos os responsáveis políticos, a todos os governos e a todos os estados, profundas preocupações e inquietações em relação à forma de manter o controle sobre este sistema no futuro.

Escolas devem proliferar, assim como alunos. O tempo gera oportunidades, opera demandas e faz surgir ameaças. Assim, a ESG, voltando-se para a sua estrutura e percebendo no exterior as demandas, oportunidades e ameaças, poderá encontrar seu novo rumo direcionando-se para desenvolver um pensamento cooperativo, integrativo e convergente de Defesa – tanto no âmbito nacional quanto no espaço internacional.

Outro importante aspecto refere-se à modernidade da docência. A ESG, no pensar de muitos de seus ex-alunos, clama por uma renovação de estilo educacional. Qual a maneira mais proveitosa para adotar processo andragógico nessa Academia? Respostas: a) um bom início seria questionar os ex-alunos das últimas três turmas (pelo menos 30% de cada turma), b) trabalhar as informações recebidas e apresentá-las aos ex-alunos. Recolher argumentações (positivas e negativas) plausíveis e construir os cenários e as possibilidades da existência eficaz e com efetividade (impactos positivos na Defesa e na sociedade) para a transformação da Escola. Jamais se fecha uma Unidade de Ensino.

Depois de tudo e além do exposto, é saudável atentar para os docentes dessa antiga Escola com nova concepção e estilo, uma vez que o professor funciona melhor quando preenchido pelas necessidades da tríade da modernidade: cabeça (informada), coração (motivado) e bolso (bem remunerado). Hoje e sempre, motivação para buscar informações

² Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito das comemorações dos 60 Anos da NATO, no Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa, em 26 Mar. 2009. Sítio http://www.portugal.gov.pt/GC17/Governo/Ministerios/MNE/Intervencoes/Pages/20090326_MENE_Int_NATO.aspx, acesso em abril 2009.

requer vultosos e constantes aportes orçamentários e financeiros, a ausência de continuidade desses fragiliza a Defesa Nacional e facilita a subtração de recursos naturais e humanos, assim como permite ingerências externas em assuntos internos.

COMENTÁRIOS FINAIS.

Uma das bases do bom ensino é a disciplina. Não a disciplina autocrática e coercitiva, mas aquela propositiva e construtivista. Tom Coelho

O INAD, com sede em Brasília, concentrará seus esforços para a formação inicial do ANALISTA DE DEFESA (civil) e para a educação continuada desses próprios. Adicionalmente e concomitantemente, ainda focará o Curso de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia (CD3), endereçado aos coronéis já escolhidos para o generalato, para civis de alto escalão dos governos federal e estadual e para professores de Instituições de Ensino Superior.

A ESG, sediada no Rio de Janeiro, como afirmou Guimarães (2002), deve continuar a preocupar-se em desenvolver sua postura de busca e compromisso. Investigar e procurar soluções visando ao Bem Comum. Não basta a obviedade de afirmar, como quem descobriu um segredo, que o mundo mudou. Quando, antes, ele deixou de mudar? Ela será responsável pela realização do CEMCO, o qual terá alunos civis e militares, compulsoriamente.

As duas unidades escolares poderão ainda promover a integração e a educação continuada dos profissionais (civis e militares) de Defesa, ou de interesse do Ministério da Defesa, oriundos das Américas (principalmente), Europa, Ásia e Oceania.

Perceber a Escola Superior de Guerra como uma solução para unir e integrar as Forças Armadas nacionais é imperioso. Locus único, viável e culturalmente disposto à ampliação e absorção dos novos padrões, modelos, concepções e teorias do pensamento estratégico, do entendimento da guerra moderna e pós-moderna e da compreensão do que vem a ser as novas ameaças. Urge abandonar a sensação e caminhar para a ação. Turbulências e tempos de transformação, excelente oportunidade para a criação, recriação, união e inovação. Por onde andam os sábios? Onde começam as ações? Resposta: eles estão entre nós e as ações já se iniciaram. Um novo tempo, novos aprendizados. Criatividade, inovação e transformação.

O INAD e a ESG devem ser, na afirmação de Demo (1994) para instituições de nível superior, UMA INSTITUIÇÃO DA DÚVIDA. Seus docentes devem ser PROFESSORES DA CRÍTICA E DA AUTO CRÍTICA, para despertar: a) **curiosidade e abertura à novas idéias**, sem preconceitos em relação ao risco de desatualização; b) **consciência crítica para não aceitar qualquer idéia, nova ou velha**, como dogma ou por comodismo; c) **respeito por todos os membros da comunidade**, independentemente de sua concepção de mundo, de suas técnicas, seus ideais ou sua militância política; e d) **entendimento da escola como um centro gerador de alternativas para pensar novas idéias**, conceitos e concepções gerais sobre tudo o que interessa a qualidade da vida humana individual e coletiva.

Muitos afirmam que se deve deixar uma instituição melhor para os novos profissionais, mas quando é que pensarão em deixar **profissionais melhores** para a nossa instituição?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- COIMBRA, Marcos. *A transferência da escola superior de guerra*. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 2008. Sítio <http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=56398>, acesso em jan. 2009.
- COLOSSI, N. *Educação superior em administração: uma concepção substantiva*. Florianópolis: Revista de Ciências da Administração CAD-UFSC, Ago. 1998.
- COLOSSI, N e BERNARDES, José Francisco. Transformações globais, crise-mudança em instituições Universitárias: algumas considerações. Santa Catarina: Revista Gual, 2008.
- DEMO. P. *Crise dos paradigmas da educação superior*. Brasília: Revista Educação Brasileira, n. 16, v. 32, 1994
- DRUCKER, PETER F. Uma era de descontinuidade. São Paulo, Pioneira, 1997
- FIALHO, Ivan. *A esg como instituição de defesa*. Rio de Janeiro: CEE/ESG, 2002. Sítio <http://www.esg.br/cee/index3.htm>, acesso em dez. 2008.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.
- GUIMARÃES, Paulo Cesar Milani. *A reformulação dos cursos da esg*. Rio de Janeiro: CEE/ESG, 2002. Sítio <http://www.esg.br/cee/index3.htm>, acesso em dez. 2008.
- LINDO, Augusto Perez. *A Era das Mutações: Cenários e Filosofias de Mudanças no Mundo*. São Paulo, UNIMEP, 2000
- MACGREGOR, Douglas A. Transforming jointly. In: *Binnendijk, Hans. transforming america's military*. Washington: NDU, 2002.
- PIERANTI, Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos e SILVA, Luiz Henrique Rodrigues. *Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado*. In: Revista de Administração Pública, ISSN 0034-7612, vol. 41 no.1. Rio de Janeiro Jan./Fev. 2007.
- RISTOFF, Dilvo. *Políticas universitárias em el contexto de la crisis em américa del sur*. IN: La Gestión Universitaria Frente a la Crisis, La Integración Regional y el Futuro. Buenos Ayres: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2004.
- VICENTE, João Paulo Nunes. *Uma reflexão atual sobre a transformação das forças armadas portuguesas*. Montgomery: Air and Space Power Journal, 4º trimestre 2007.